

## Artigo

# A Ecoterra e seu constructo territorial de mercado: As experiências de venda direta como antecedentes do Circuito Sul de circulação e comercialização de produtos agroecológicos, criado no contexto da Rede Ecovida de Agroecologia

144

Márcio Freitas Eduardo

Edson José Klein

Giovani José Gonçalves

### Resumo

A reflexão aqui sistematizada aborda as “práticas espaciais insurgentes” (SOUZA, 2009) deflagradas com a agroecologia. Visa demonstrar como a territorialização de tais práticas inscreve-se nas “fissuras” (HOLLOWAY, 2013) do sistema econômico-social capitalista, através da implementação de estratégias de “reapropriação social da natureza” (LEFF, 2009) e, concatenadamente, de reapropriação social das condições de produção e de reprodução social camponesas. Nossa base argumentativa está calcada na experiência de inserção da Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERRA, Três Arroios/RS) no projeto denominado “Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia”, cujo arranjo articula uma complexa e inovadora trama entre as facetas da produção, da certificação, da circulação e da comercialização de produtos agroecológicos, com a incidência, ao longo de todo o processo, de importantes níveis de autonomia construídos coletivamente pelos “atores sintagmáticos” (RAFFESTIN, 1993) da agroecologia. Essa experiência traz à tona facetas modernas da política de desenvolvimento territorial empreendidas pelo campesinato, alinhando, produção de alimentos orgânicos, conservação da agrobiodiversidade e novas relações econômicas e de mercado.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Circuito Sul; comercialização; Ecoterra.

## **Ecoterra and its territorial market construct: Experiences on direct sales as antecedents of the ‘Southern Circuit’ about circulation and marketing of agroecological products, created in the Ecovida Agroecology Network context**

### **Abstract**

This paper presents some reflections, based on the ‘insurgent spatial practices’ approach (SOUZA, 2009) exemplified by agroecology. It aims to demonstrate how the territorialization of such practices is part of the capitalist economic-social system ‘fissures’ (HOLLOWAY, 2013), through the implementation of ‘social reappropriation of nature’ strategies (LEFF, 2009) and, in an interrelated way, the social reappropriation of the conditions of peasant production and social reproduction. It is empirically based on the trajectory of Regional Association for Cooperation and Agroecology (ECOTERRA, Três Arroios/RS) experience and in the project called ‘Southern Circuit of Circulation and Marketing of Agroecological Products of the Ecovida Agroecology Network’. Its arrangement articulates a complex and innovative network between the facets of production, certification, circulation and marketing of agroecological products, with a focus, throughout the whole process, on important levels of autonomy built collectively by agroecology’s ‘syntagmatic actors’ (RAFFESTIN, 1993). This experience brings to light modern facets of the territorial development policy undertaken by the peasantry, combining organic food production, agrobiodiversity conservation and new economic and market relations.

145

**Keywords:** Agroecology; Southern Circuit; marketing; Ecoterra.

## **Ecoterra y su constructo territorial de mercado: Las experiencias de venta directa como antecedentes del Circuito Sur de circulación y comercialización de productos agroecológicos, creado en el contexto de la Red Ecovida de Agroecología**

### **Resumen**

La reflexión aquí sistematizada aborda las “prácticas espaciales insurgentes” (SOUZA, 2009) desencadenadas con la agroecología. Pretende demostrar cómo la territorialización de tales prácticas se inscribe en las “fisuras” (HOLLOWAY, 2013) del sistema económico-social capitalista, mediante la puesta en práctica

de estratégias de “recuperação social de la naturaleza” (LEFF, 2009) y, en consecuencia, de reapropiación social de las condiciones de producción y de reproducción social campesinas. Nuestra base argumentativa está inspirada en la experiencia de inserción de la Asociación Regional de Cooperación y Agroecología (ECOTERRA, Tres Arroios/RS) en el proyecto denominado “Circuito Sur de Circulación y Comercialización de Productos Agroecológicos de la Red Ecovida de Agroecología”, que articula una compleja e innovadora trama entre las facetas de la producción, certificación, circulación y comercialización de productos agroecológicos, con la incidencia, a lo largo de todo el proceso, de importantes niveles de autonomía construidos colectivamente por los “actores sintácticos” (RAFFESTIN, 1993) de la agroecología. Esta experiencia trae consigo facetas modernas de la política de desarrollo territorial emprendidas por el campesinado, producción de alimentos orgánicos, conservación de la agrobiodiversidad y nuevas relaciones económicas y de mercado.

**Palabras clave:** Agroecología; Circuito Sur; Comercialización; Ecoterra.

## Introdução

Nas duas últimas décadas tem se intensificado em território brasileiro contundentes transformações, sobretudo, nas dimensões econômica e política. A progressiva reprimarização da economia nacional é o resultado mais aparente de um movimento internacional e multiescalar, cujo efeito é a reafirmação do Brasil como um “espaço luminoso” (SANTOS; SILVEIRA, 2001) na especialização territorial/produtiva de *commodities*. Isso, dado suas – assim chamadas – “vantagens comparativas”, notadamente: a “disponibilidade” de recursos naturais e as condições de ajustamento político-espacial. Combinadas, ambas desempenham capacidades de responder com celeridade às exigências da produção agropecuária e (neo)extrativa em grande escala como condição para a sustentação da reprodução ampliada do capital em escala global. Desde os anos 2000, salienta Delgado (2012), o Brasil moldou sua economia exportadora à superexploração das denominadas vantagens comparativas naturais, suscetíveis de gerar *commodities* a baixos custos monetários, mas com ônus sociais e ambientais notórios.

O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela de recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não

se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21-22).

A maneira acelerada em que são assimiladas à nova ordem as distintas porções do território, com implicações importantes ao meio físico e ao conjunto da sociedade, se constitui como uma das facetas dos novos elementos da questão agrária brasileira. E é por intermédio das lentes da questão agrária que, ao passo que reconhecemos a força e a aceleração das dinâmicas territoriais hegemônicas, mais especificamente atreladas ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, concebemos, doravante, a existência de contradições e de “fissuras” (HOLLOWAY, 2013) nessa nova ordem, o que nos abre margem para ponderarmos a respeito de “práticas espaciais insurgentes” (SOUZA, 2009) e, com base nestas, nas possibilidades outras de construção do devir, que projete mediações com os ambientes mais coadunados com as necessidades de reprodução da vida, na direção apontada por Leff (2009 e 2016).

O texto, ora apresentado, consiste em parte de uma pesquisa maior em andamento que investiga a construção de projetos territoriais de autonomia vinculados às práticas agroecológicas no Sul do Brasil. A pesquisa em curso, de maneira mais específica, tem trazido à tona a dinâmica territorial do “Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia”, cujo arranjo articula uma complexa e inovadora trama entre as facetas da produção, da certificação, da circulação e da comercialização de produtos agroecológicos, com a incidência, ao longo de todo o processo, de importantes níveis de autonomia construídos coletivamente<sup>1</sup>. Essa experiência tem como epicentro o Sul do Brasil e está imbricada, desde sua gênese, na organicidade da Rede Ecovida de Agroecologia, ou seja, trata-se de uma tecnologia social que enaltece a qualidade de inovação inerente ao movimento e às práticas agroecológicas. Não obstante, o “Circuito Sul” (como por vezes o designaremos para evitar o inchaço

---

<sup>1</sup> Não aprofundaremos, aqui, questões teórico-conceituais específicas sobre a agroecologia. Nos concentraremos na elucidação das práticas territoriais dos atores da agroecologia que estamos evidenciando. Para uma visão ampla a respeito da produção científica brasileira, sugerimos consulta à página da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

textual) é ainda pouco conhecido e estudado academicamente: desafio, obviamente, que demanda engajamento e muitas mentes.

Com sua década e meia de existência e envolvendo, hoje, mais de 1.600 famílias de agricultores agroecológicos (CETAP, 2020), as raízes do “Circuito Sul” estão firmadas no interior dos três estados do Brasil sulista, e sua projeção de mercado estende-se, com maior vigor, no eixo urbano-metropolitano situado entre Porto Alegre e São Paulo. Sua criação e a conformação de sua dinâmica territorial, é importante destacar, é produto de um processual e parcimonioso decantar histórico e espacial dos sujeitos e organizações da agroecologia do Sul do Brasil – como podemos pressupor, não menos envolto por pontos de fricção e de conflitualidade, como traremos alguns elementos à baila, por se tratar de um projeto ecológico e camponês de contra-hegemonia.

O presente material é um produto coletivo. As contribuições dos atuais coordenadores Executivo e Técnico do CETAP, coautores do artigo, cujas famílias são também associadas à Ecoterra, foram basais. Do ponto de vista acadêmico, nossa trajetória de pesquisa a respeito pela agroecologia e pelas organizações que atuam formando a Rede Ecovida de Agroecologia teve início em 2004 e, a partir de 2016, estudamos de maneira mais detalhada a dinâmica territorial do “Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia”. A metodologia da pesquisa consistiu em levantar e analisar informações primárias, obtidas com instrumento próprio junto à atores-chave e através de entrevistas abertas realizadas com grupos focais. Nosso intento é explicitar elementos a respeito do movimento de construção e da dinâmica territorial e organizacional da experiência pesquisada. Para tanto, até o momento, realizamos também trabalhos à campo nos municípios de Três Arroios/RS (estação-núcleo de comercialização da Ecoterra), Itatiba do Sul/RS (ponto de conexão com a estação-núcleo de Três Arroios), Erechim/RS (feira livre da Rede Ecovida de Agroecologia), Porto Alegre/RS (Feira agroecológica da Redenção), Lapa/PR (Assentamento Contestado e Cooperativa Terra Livre), Curitiba/PR (feira livre agroecológica do Passeio Público) e Barra do

Turvo/SP (estação-núcleo da Cooperafloresta), onde conferimos relevantes “nós” presentes na composição reticular do supracitado “Circuito Sul”.

Dada a abrangência do “Circuito Sul” e sua diversidade de arranjos territoriais, nesse artigo enfocaremos a estação-núcleo de Três Arroios/RS, um “nó” histórico-político e organizacional de seminal importância no contexto do “Circuito Sul”, gestado pelos integrantes da Associação Ecoterra. De modo mais pormenorizado, ofereceremos elementos para o entendimento a respeito de como a associação Ecoterra conduziu sua dinâmica territorial de produção-comercialização frente as contradições manifestadas pelo mercado regional – notadamente Erechim/RS e Passo Fundo/RS – para os produtos agroecológicos. Conforme será exposto, a contradição presente na baixa dinamicidade do mercado interiorano regional, incoerente com um projeto de viabilidade econômica para um conjunto mais dilatado de famílias agricultoras, reforçou a aposta pela ação coletiva, pela promoção de arranjos logísticos mais ousados em relação à venda direta personificada – típico dos formatos de feiras livres – e moveu a associação, na condição de um ator coletivo, a construir e disputar seu lugar no território do mercado. Os aprendizados provenientes da estruturação de um “circuito regional” com vistas para os mercados das maiores cidades do Norte do Rio Grande do Sul (a saber, Erechim e Passo Fundo), subsidiaram a proposição para territorialização de outro circuito, na escala do Sul do Brasil, que viria a fomentar a circulação e a comercialização de produtos agroecológicos, tendo por base as famílias e os empreendimentos inseridos na Rede Ecovida de Agroecologia.

Uma situação sensível a destacar, por seu turno, é a de que a lógica operacional hodierna do “Circuito Sul” tem espelhado e reforçado, em âmbito regional, a mesma característica global de concentração dos mercados consumidores de orgânicos, cuja geografia sinaliza para o contraste oriundo do processo de diferenciação entre os lugares que produzem e os lugares que consomem e demandam. O presente texto, reiteramos, limita-se a traçar um paralelo entre as crises e desafios enfrentados pela Ecoterra no mercado regional e seu movimento no sentido de protagonizar ações na esteira da estruturação do “Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da

Rede Ecovida de Agroecologia”. Um percurso que denota o mercado como um *constructo territorial*! O enfoque ecológico, a edificação de autonomias em sentido coletivo e a construção social das escalas nas disputas territoriais de mercado são importantes facetas dessa experiência que pretendemos pôr em relevo. Contudo, antes de nos atermos à experiência concreta particular, precisamos oferecer breves ponderações sobre os elementos históricos,<sup>2</sup> fazer referências espaciais (o *topos*), apresentar atores e denotar seus enrames.

## 1. O mercado como um constructo territorial

Se concebermos o território, consoante a proposição de Raffestin (1993), como uma construção a partir do espaço – ou seja, o espaço é transformado em território quando suas porções são apropriadas, transformadas e suas dinâmicas são fortemente influenciadas segundo determinadas relações de poder –, podemos dizer que o mercado é um *constructo territorial*. Isto porque a dimensão aparente da ciranda mercantil possui uma lógica interna pouco evidente.

Para além de um mapa de fluxos no qual poderíamos representar os deslocamentos das mercadorias e sinalizar as distintas densidades de consumo em um dado recorte, os mercados são fenômenos mais complexos, constituídos, concomitantemente, por relações sociais e espaciais arredias a simplificações esquemáticas. As mais variadas grafias dos mercados, as quais, em um primeiro momento, poderíamos esboçar em um mapa, são apenas os traços mais visíveis de cada dinâmica territorial, quando, em essência, expressam notórias “projeções espaciais de relações de poder” (SOUZA, 1995).

---

<sup>2</sup> Os elementos de contextualização histórica oferecidos ao longo do texto objetivam, tão somente, situar o leitor a respeito das questões mais centrais para o entendimento da experiência analisada. Para se obter um quadro mais completo a respeito, recomendamos consultar as referências bibliográficas disponibilizadas. Em razão também dos vários processos considerados, os elementos da contextualização histórica não se encontram organizados linearmente ao longo do texto.

O fetichismo da mercadoria faz o mercado se reduzir ao ato da compra e da ritualização do consumo. Quando, em realidade, o mercado é um produto relacional e territorial. Como oportunamente assevera Sack (2011), territórios exigem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los; e resultam de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações.

Com a emergência da forma moderna de mercado, o mosaico social e espacial das relações econômicas – estas entendidas como as estratégias empreendidas pelos distintos sujeitos e culturas para prover os meios essenciais à vida – presenciou um reducionismo economicista (HEILBRONER, 1980). Diferentemente das práticas imemoriais do comércio (do colorido dos objetos, da diversidade de sujeitos, da conexão *face to face* entre quem produz e quem adquire, e da sua multiplicidade de arranjos espaciais com colagens às culturas e às necessidades não meramente econômicas), o mercado capitalista moderno é uma construção estabelecida no século XIX, dirigida por um conjunto reduzido de atores, e projetando-se como um fenômeno social e espacial pautado na autodeterminação do econômico (POLANYI, 2012).

Mercados, por óbvio, não se realizam no vácuo. São produtos geográficos. Mercados são constructos territoriais. Expressam formas particulares de apropriação do espaço que, por intermédio do poder do dinheiro, da técnica, da informação e das mediações políticas, permitem ou inibem, concreta ou simbolicamente, a realização de determinadas práticas, ações e formas de comportamento.

Como o resultado de uma síntese cotidiana sempre refeita, os mercados desempenham suas relações de poder ao regularem o território e orientarem o sentido das territorialidades. Estas, consoante Sack (2011), concebidas como as tentativas, por indivíduos ou grupos, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Expressões como a “República da Soja” nos indicam, claramente, o estreito vínculo entre o mercado, o interesse corporativo, o território e a regulação política (formal ou informal). Seguindo esse exemplo, as



“cidades do agronegócio”, como indicam Elias e Pequeno (2007), são manifestações concretas (mas não somente) traduzidas em formas e em funções urbanas, as quais projetam-se espacialmente segundo determinadas relações sociais e de poder conformadoras dessas territorialidades.

Por outro lado, as contundentes mudanças nas formas de produzir alimentos, deflagradas com a chamada modernização da agricultura, não podem ser entendidas apenas pelo prisma das alterações da base técnica da produção, mas também, entre outros fatores, pelo crescente poder do mercado globalizado. O agricultor que, em sua terra, percebe uma progressiva perda de autonomia sobre seus processos decisórios, é um ator cuja territorialidade está sendo readequada segundo lógicas alheias a seu horizonte social e geográfico de intervenção. Em outras palavras, sua territorialidade está sendo reorganizada por relações de poder capazes de promover influências decisivas sobre seus comportamentos nas dimensões social, espacial, ambiental, subjetiva... Lembremos, pois, que o capitalismo, além de um modo de fazer, é também um modo de pensar (MARTINS, 1982).

O que, onde e com que intensidade consumimos são, igualmente, definições que em grande medida extrapolam nosso controle, apesar de o mercado (através da trivialidade e ciclicidade expressas na “ponta” da comercialização) apresentar-se como o aparente *locus* do exercício da liberdade do consumidor.

Considerando os circuitos dos alimentos, tal como apresenta-se convencionalmente, deveríamos adicionar algumas camadas geralmente invisibilizadas nas dinâmicas territoriais do mercado. Os alimentos que levamos à boca, após o ato de recorrermos aos espaços de comercialização, congregam relações de poder das quais as dinâmicas políticas e de mercado possuem pesos consideráveis. Logo, o que está “ao acesso” para nosso ato de comer passa, também, pelo controle corporativo da produção e da distribuição, pelos efeitos das legislações, pelas mediações políticas (incentivos, desonerações etc.), pela propaganda (e a construção da estética, dos gostos e dos padrões alimentares) e pela subordinação dos agricultores à todas essas estruturas de poder e de controle (e a

necessidade de rebaixar o preço das matérias-primas a um nível satisfatório que permita a produção de uma considerável mais-valia social). Poderíamos, ainda, ponderarmos a respeito do papel do crédito e das consequências ambientais e à saúde com a profusão dos padrões alimentares e de consumo modernos.

E o que dizer da relação entre o comportamento do mercado global de alimentos, a concentração fundiária no Brasil e os problemas de insegurança alimentar? No momento de produção desse artigo, em meio à deflagração de inimagináveis transtornos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus (para dizermos o mínimo), ao longo de 2020 mais do que dobrou o preço do quilo do arroz pago no varejo – e situação semelhante ocorre também com outros grupos de alimentos. Razão: as vantagens em exportar em face da alta comparativa do dólar em relação ao real. Mas não somente. Decorre, ainda, da ausência de uma política nacional de segurança alimentar, cuja flutuação dos preços deriva do desestímulo à produção e ao estoque de alimentos básicos (historicamente com grande participação da agricultura familiar) e de sua substituição pelas culturas de maior apelo comercial e de exportação, a exemplo da soja. Consumir, queiramos ou não, é um ato político.

O contraponto é que, conformando-se como um constructo territorial, o mercado, portanto, não se estende como um monólito impenetrável. É, outrossim, uma construção social com fronteiras e fissuras, passíveis de “intemperismos”, em que outras relações econômicas podem se instalar em variadas escalas. Pois, como colocam Santos e Silveira (2001), é mister considerarmos que a territorialidade humana pressupõe também uma preocupação com o destino, com a construção do futuro!

Nesse sentido, nas disputas territoriais de mercado, a agroecologia é um trunfo dos atores de contra-hegemonia,<sup>3</sup> por propiciar maior controle sobre seus recursos e so-

---

<sup>3</sup> Basta atentarmos ao fato de que o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, uma cooperativa vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não praticou a mesma ação especulativa do cereal como processada pelo mercado convencional. Quanto à Ecoterra, ao passo que em território brasileiro a matriz produtiva primária é cada vez mais reduzida, como consequência de um dado nível de especialização produtiva, a associação consolidou, para o ano de 2020, mais de 80 variedades de alimentos em seu planejamento produtivo.

bre suas territorialidades. Por essa ótica, esses atores constroem autonomias e, gradativamente, projetam suas relações de poder. Porém, valendo-se de pressupostos discrepantes em relação a “territorialidade passiva” regulada pelo mercado convencional, através da qual os atores agem segundo um programa pré-estabelecido (DEMATTEIS, 2008). Calcados nos princípios da inclusão, da ética, da ação coletiva e do trabalho em cooperação com a natureza, procedem, igualmente, afetando e influenciando pessoas, fenômenos e relações, mas por intermédio da edificação de atitudes positivas em suas “territorialidades ativas” de mercado.

## 2. O contexto e os atores: A semente e o solo da agricultura alternativa

A degradação dos recursos naturais pelas práticas da agricultura convencional, a elevada especialização produtiva e a consequente seletividade e exclusão desencadeada junto às famílias agricultoras, a reprodução de “territorialidades passivas” (DEMATTEIS, 2008) manifestadas pela perda de autonomia nos processos produtivos e decisórios no interior das unidades de produção, a substituição de sementes crioulas por variedades híbridas (e depois transgênicas) de “melhor” desempenho, foram algumas das conflitualidades vivenciadas em comum pelos pequenos produtores rurais do Sul e de outras porções do Brasil.

As estratégias de enfrentamento a esses momentos de crise e de estreitezas foram – e continuam a ser – diversas, criativas e (com maior força em épocas passadas) coletivas: formação de associações e organizações não-governamentais, criação de movimentos sociais e organizações sindicais, cooperativismo, a promoção dos princípios da chamada agricultura alternativa, o fomento ao turismo comunitário, à agroindústria rural familiar etc. Cada uma dessas estratégias se ramificava em múltiplas ações e os distintos desenhos também apontavam para pontos convergência.

O diagnóstico dos problemas era conhecido, mas como efetivar as mudanças necessárias? Como fortalecer, em sua diversidade, as formas de produção e de vida familiares? Como projetar arranjos de desenvolvimento com potenciais de inclusão e de respeito aos processos ecológicos? Certamente, a exacerbação do individualismo (a ideologia monocultural) e décadas de desamparo público em relação a agricultura camponesa e familiar, contribuíram com sua quota-parte no arrefecimento das opções coletivas.

Nessa esteira, nas décadas de 1970 e 1980, em um contexto de avanço das ações ligadas à luta pela redemocratização no Brasil – da profusão da Teologia da Libertação (e a dinâmica das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs) à ascensão dos movimentos social, político-partidário, sindical e ambiental – foram criadas importantes organizações, entidades e movimentos sociais os quais passaram a encorpar um discurso e a assessorar processos de mudanças no sentido da transição para uma agricultura chamada de “alternativa”, posteriormente denominada de agroecológica (ALMEIDA, 1999; BRANDENBURG, 2002; EDUARDO, 2014).

Dentre essas entidades, destacamos – no contexto da experiência em que o estudo se debruça, a porção Norte do Rio Grande do Sul – o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP): o CAPA ligado à Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e o CETAP, em um primeiro momento vinculado aos movimentos sociais e, posteriormente, constituindo-se formalmente como uma entidade tendo como base social agricultores ecologistas, residentes urbanos e pessoas ligadas à organizações parceiras (EDUARDO, 2016; GABOARDI, 2017).

Ambas entidades, Organizações da Sociedade Civil (OSC) criadas nas décadas supracitadas (1970 e 1980, respectivamente), em que pese suas distintas características, tem como foco, desde suas gêneses, o trabalho com famílias agricultoras que, progressivamente, estavam sendo marginalizadas ou excluídas pelas transformações instauradas com o projeto da “Revolução Verde”. Sob o desígnio de fomentar as necessárias tecno-

logias alternativas ao chamado “pequeno agricultor”, de incentivar a proteção dos ecossistemas locais (água, solo, vegetação nativa, sementes crioulas etc.), de prospectar outros arranjos produtivos/econômicos considerados mais apropriados à agricultura familiar, de valorizar e de estabelecer interação com o saber fazer das comunidades rurais (notadamente de descendentes de imigrantes europeus) através da assessoria e dos momentos de formação e, desde a década de 1990, de mediar processos de certificação participativa, o CAPA e o CETAP, integrados à organicidade da Rede PTA/FASE (LUZZI, 2007), constituíram-se como atores-chave da promoção da “agricultura ecológica” protagonizada pelo “pequeno agricultor<sup>4</sup>” e suas organizações.

Estas foram algumas sementes lançadas para o trabalho, mais fortemente denominado por agroecologia<sup>5</sup>, a partir dos anos de 1990. A importante unidade das ações em torno do termo “agroecologia” tem como um dos fatores o impacto provocado pela publicação da obra de Miguel Altieri, intitulada “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa<sup>6</sup>”, editada em língua portuguesa pela PTA/FASE em 1989. A partir desse momento, o recém estatuto de cientificidade atribuído ao termo agroecologia, fez com que o interesse pelo tema se repercutisse na academia e nos órgãos de assistência técnica e de extensão rural (ATER). Paulatinamente, mais indivíduos vão se somando aos debates e às práticas em curso, desenvolvidas pelas famílias agricultoras, por suas entidades e pelas organizações de apoio. Nesse ínterim, avança o movimento agroecológico e a construção de alicerces para o fomento de novas iniciativas, envolvendo, igualmente, o público urbano em discussões de diversos temas, como a valorização da agricultura

---

<sup>4</sup> Anteriormente a difusão do conceito de agroecologia, o termo “agricultura ecológica” era (e continua a ser) muito utilizado pelo CETAP e por outras organizações do Sul do Brasil, como o Centro Ecológico. Já a denominação “pequeno agricultor” era uma construção vinculada ao CAPA.

<sup>5</sup> As mudanças terminológicas na própria sigla do CAPA, registram essas nuances presentes na próprio movimento agroecológico: de “Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor”, passou para “Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor” até o nome atual “Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia”.

<sup>6</sup> Em sua terceira edição, elaborada em 2012 pela Expressão Popular em conjunto com a AS-PTA, o título da obra passou por reelaboração, intitulando-se “Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável”. Paulo Petersen, em texto de apresentação do livro, abordou a mudança no título e apontou como o qualitativo “alternativo” fazia alusão ao estágio de elaboração teórico-conceitual da agroecologia àquele momento, reforçando o movimento das ideias no campo da agroecologia.

familiar, a importância das políticas de reforma agrária e a necessidade de estimular a produção do “alimento limpo e justo”.

### 3. O enrame: A Rede Ecovida de Agroecologia

Antes de adentrarmos no tratamento das territorialidades dos sujeitos da Ecoterra, torna-se necessário trazer à tona algumas considerações sobre a Rede Ecovida de Agroecologia. Utilizamos a metáfora do “enrame” para ilustrar como as “sementes” da agroecologia, plantadas em lugares distintos, geraram barços que foram se espalhando e amalgamando-se em uma trama. Esse enrame, embora derivado e retroalimentado pela interação com as práticas tópicas, faz do conjunto algo dialeticamente maior do que os pontos focais tomados isoladamente: eis a natureza do movimento agroecológico!

Sem as práticas dos camponeses não haveria consistência para a “agricultura alternativa”. Sem a “agricultura alternativa”, não haveria o movimento agroecológico (e as entidades e organizações da agroecologia, por derivação). Sem as práticas e o movimento agroecológico, não haveria a Rede Ecovida de Agroecologia. Sem a Rede Ecovida não haveria o “Circuito Sul”. Mas do que se trata, sucintamente, a Rede Ecovida de Agroecologia?

A década de 1990 caracterizou-se por outra importante tecnologia social<sup>7</sup> genuinamente brasileira, produto do acúmulo do movimento agroecológico o qual estamos fazendo breve referência: a constituição e formalização do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Associação Ecovida de Certificação Participativa. Organicidade base para a posterior experiência de comercialização empreendida pela Ecoterra via o “Circuito Sul”. O

---

<sup>7</sup> Compreendemos, por tecnologia social, a qualidade de inovação presente em processos organizativos, as quais apropriadas aos distintos contextos sociais e territoriais, demonstram eficiência em termos de gestão operacional e do alcance dos resultados pretendidos. Tecnologias sociais não possuem patentes e suas metodologias são passíveis de serem reproduzidas ou adaptadas aos distintos lugares.

SPG, conhecido também como Rede Ecovida de Agroecologia, consiste em uma articulação, na escala da região Sul do Brasil, entre entidades de assessoria, agricultores, empreendimentos e associações de produtores e de consumidores, para viabilizar processos de avaliação da conformidade orgânica dos alimentos baseados em metodologias autogestionadas, denominadas de participativas. A proposta de uma certificação participativa, atualmente reconhecida pela legislação brasileira de orgânicos, vislumbrou, desde seus primórdios, superar os limites atrelados aos processos de certificação por auditoria, excessivamente onerosos para a agricultura familiar (especialmente diante dos quadros de vulnerabilidade socioeconômica em que situam-se expressivo contingente de famílias que buscam a via da produção/transição agroecológicas) e com abordagem metodológica inapropriada, em função de focalizar, sobremaneira, a conformidade orgânica do produto em detrimento das distintas dimensões consideradas pela agroecologia como ativas: sob a égide do SPG, valores marcados pela confiança, reciprocidade/partilha, cooperação e o aprendizado mútuo circulam *vis-à-vis* o aferimento da certificação referente a qualidade orgânica dos alimentos.

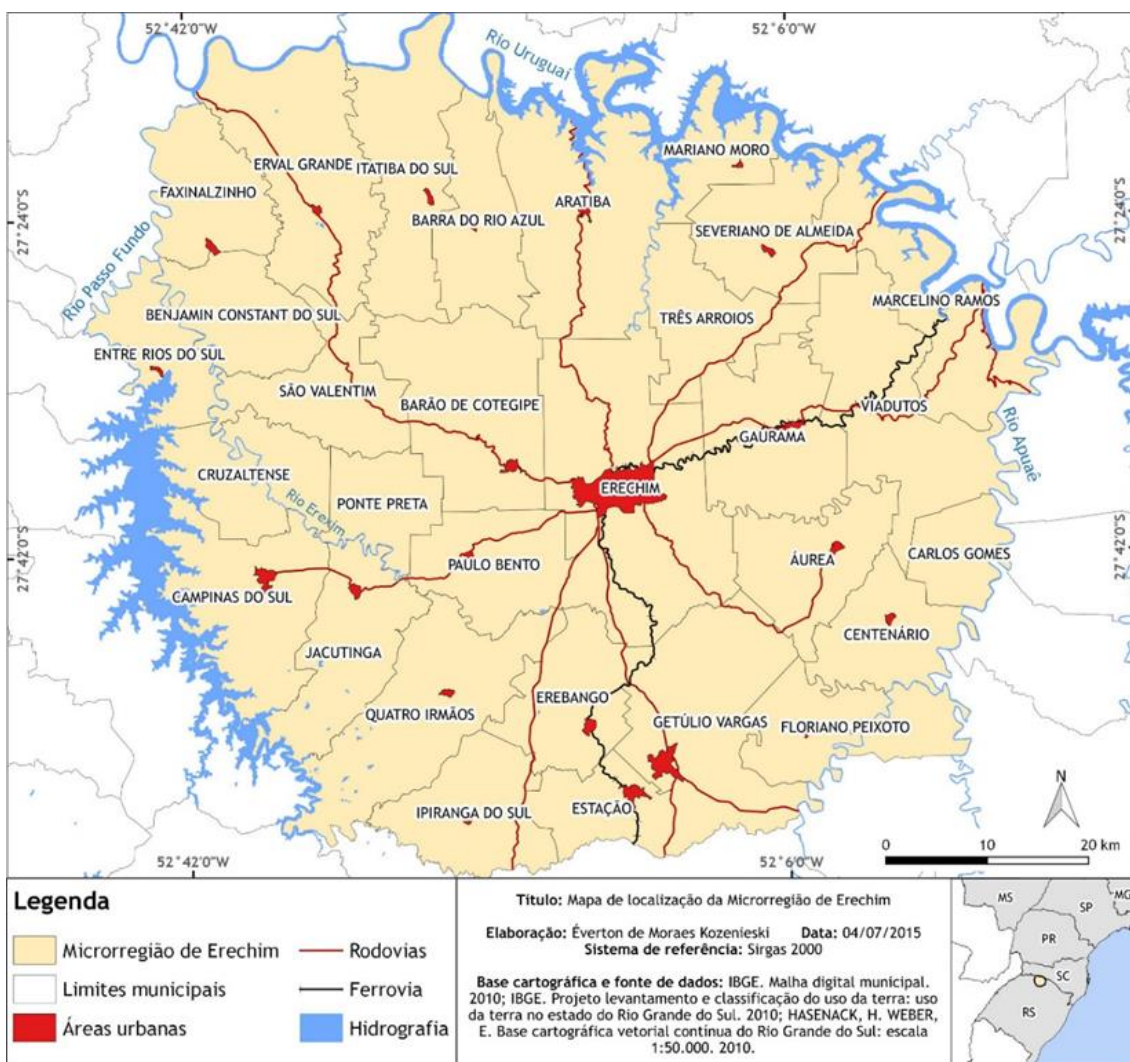
A Rede Ecovida territorializa-se tendo os “grupos” como unidades de base, os quais articulam-se em um “Núcleo”, cuja integração dos distintos núcleos formam o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) Associação Ecovida de Agroecologia. Conta, atualmente, com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. Congrega, aproximadamente, 340 grupos de agricultores e 20 ONGs. Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização<sup>8</sup>. Conforme dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (CNPO/MAPA, 2019), a Rede Ecovida de Agroecologia certificava, em out. de 2019, 4.301 produtores, isto é, 63% do total dos produtores certificados por OPAC ou, aproximadamente, 20% do total de produtores brasileiros presentes no CNPO/MAPA (EDUARDO; FINATTO, 2019).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

A Rede Ecovida de Agroecologia – na condição de uma tessitura, conforme expresso em sua própria denominação – tratou de ligar os pontos luminosos da agroecologia em um sistema reticular (territorialidade-rede), com capilaridade nos três estados do Sul do Brasil e, mais recentemente, no Vale do Ribeira paulista. Desde 2001, o CAPA e o CETAP, são as entidades que oferecem os suportes técnicos e coordenam as dinâmicas de certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia no núcleo Alto Uruguai, regionalização que compreende a microrregião de Erechim/RS (Conforme **Mapa 1**), onde está sediada a estação de Três Arroios do “Circuito Sul”, gestada pela Associação Ecoterra.

**Mapa 1** – Microrregião de Erechim/RS: Limites político-administrativos dos municípios.



Elaboração: Kozenieski, 2015.

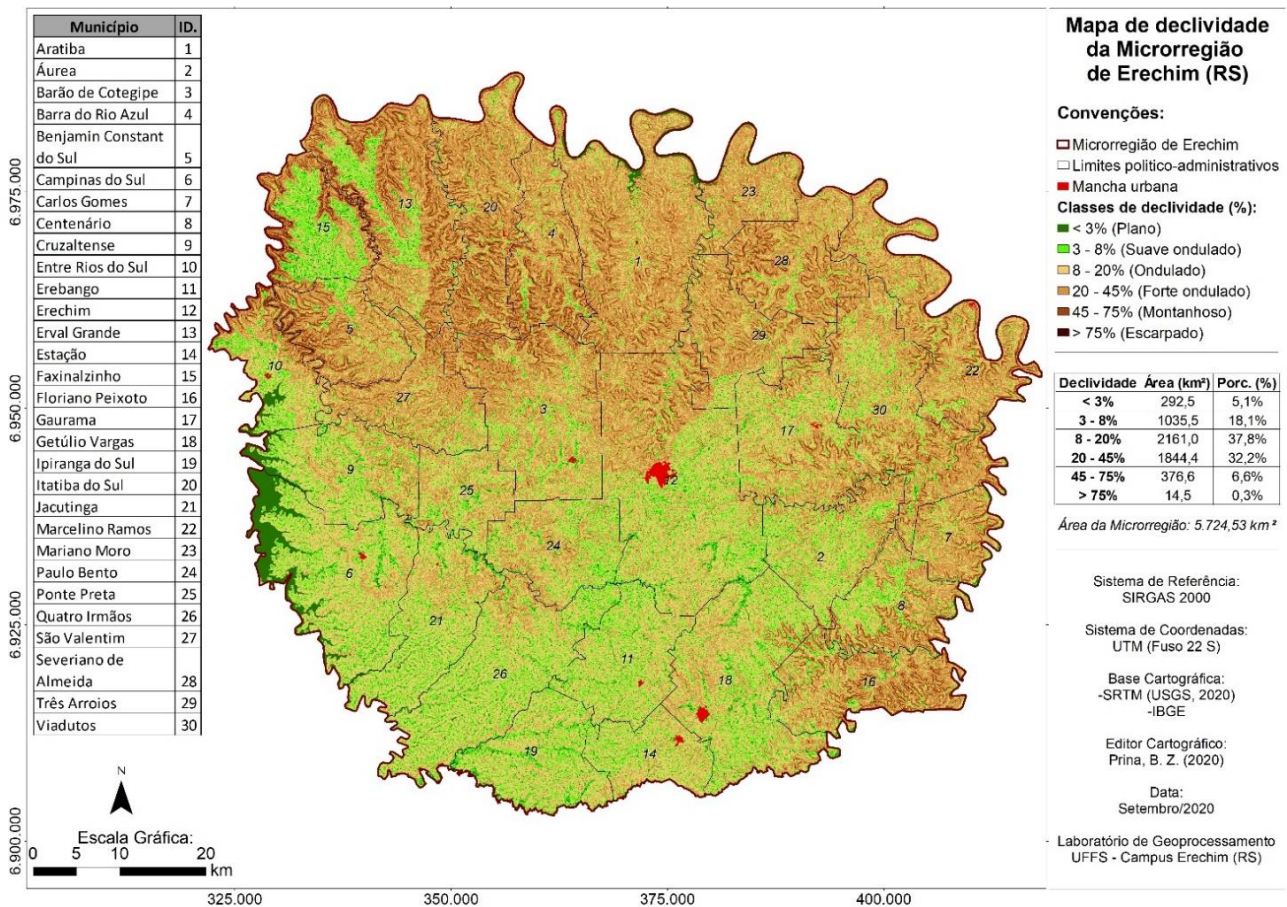


#### **4. O topos: A atuação do CETAP na Microrregião de Erechim, o grupo da Vaca Morta e a criação da Ecoterra**

No final da década de 1980, o CETAP (em 1987) e o CAPA (em 1988), começam a atuar na microrregião de Erechim. Conhecida também por Alto Uruguai gaúcho, pós o advento da colonização, no início do século XX, a região caracterizou-se pelo predomínio da agricultura familiar diversificada, realizada pelos autodenominados “colonos” – descendentes de imigrantes europeus (alemães, poloneses e, preponderantemente, italianos) que instalaram-se no Norte gaúcho desterritorializando-se, em sua maioria, das chamadas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul ou emigrando diretamente de países europeus (SAQUET, 2003; ROCHE, 1969; GRITTI, 2004).

O relevo da microrregião de Erechim é dividido, grosso modo, por áreas mais planas ao Sul, enquanto sua porção Norte, drenada pelo vale do rio Uruguai, possui topografia movimentada, caracterizando-se por declividades acentuadas (**Mapa 2**).

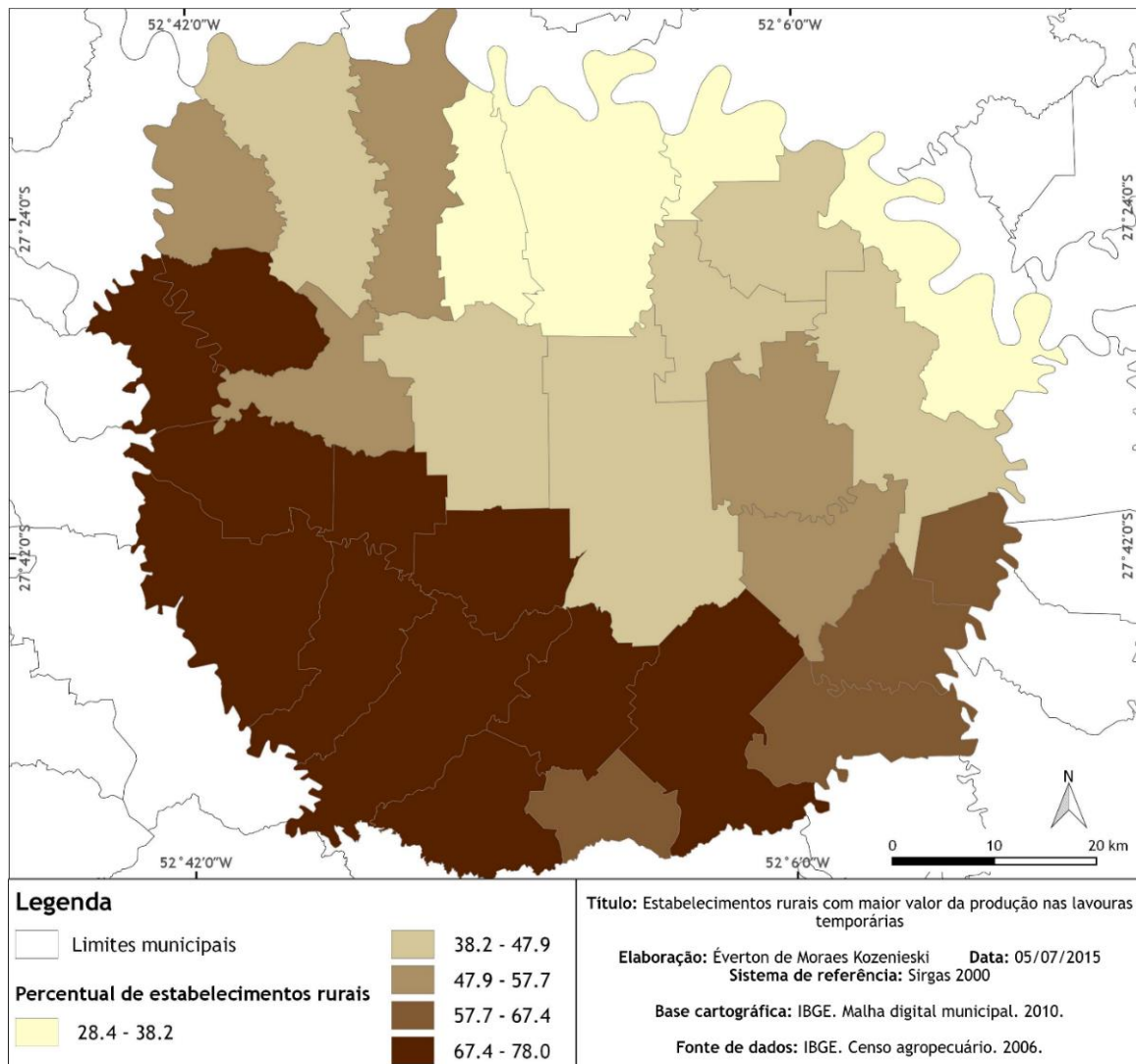
Mapa 2 – Mapa de declividade da Microrregião de Erechim/RS.



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento UFFS, campus Erechim, 2020.

Com a intensificação da modernização da agricultura na década de 1970, as áreas mais propícias à mecanização, situadas ao Sul da microrregião, tornaram-se privilegiadas, em função do novo padrão de produção agrícola assentar-se no estímulo à monocultura de grãos (trigo, milho e soja, sobretudo – **Mapa 3**) e devido as características da estrutura fundiária nessa porção ser formada por estabelecimentos agropecuários maiores em relação à parte Norte (PIRAN, 2001; KOZENIESKI, 2016).

**Mapa 3** – Microrregião de Erechim/RS: Estabelecimentos rurais e percentual do valor da produção nas lavouras temporárias (2006).

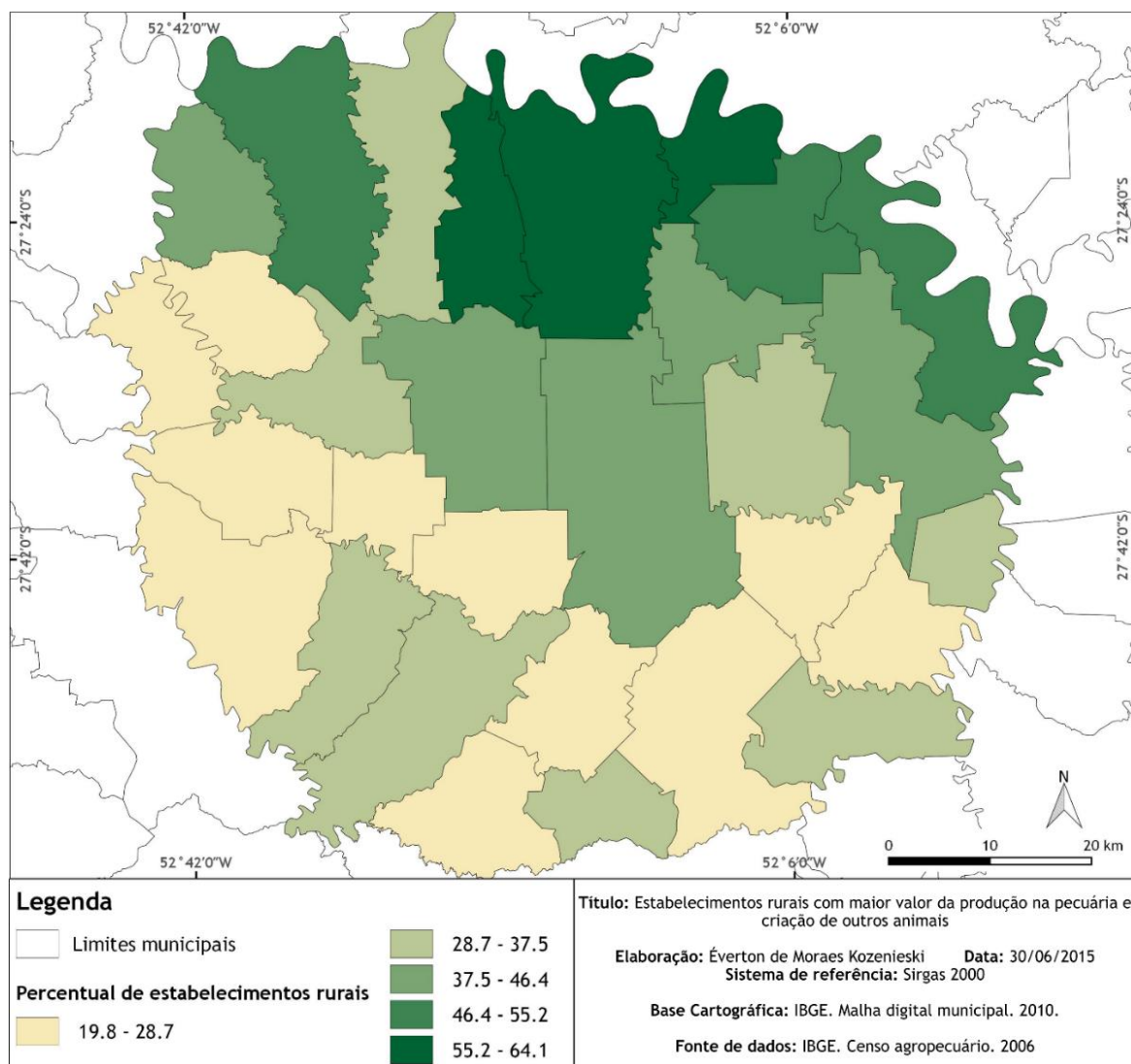


Elaboração: Kozenieski, 2015.

Os “colonos” da porção Norte da microrregião, em face da crescente padronização e centralização dos mercados para os produtos agrícolas que se processou como uma das facetas da modernização da agricultura, tentaram, com fortes limitações, adequar-se à nova dinâmica. Durante alguns anos, a criação de animais (o gado de leite e o suíno) foi a principal estratégia adotada para a geração de renda. Porém, a partir dos anos 1980, com o desenvolvimento dos novos padrões de produção e de integração agroindustriais (suinocultura, avicultura de corte e produção leiteira moderna), houve uma progressiva

concentração da produção pecuária (**Mapa 4**) em estruturas industriais (“chiqueirões”, aviários e, posteriormente, estruturas físicas, equipamentos modernos e maiores regramentos para produção de leite), excessivamente onerosas diante da realidade financeira da maior parte desses agricultores familiares.

**Mapa 4** – Microrregião de Erechim/RS: Estabelecimentos rurais e percentual do valor da produção na pecuária e criação de outros animais (2006).



Elaboração: Kozenieski, 2015.

Marginalizados, concomitantemente, pela monocultura de grãos e pela criação integrada de animais, entre 1991 e 2010, ocorreu uma diminuição de 40% da população rural da microrregião de Erechim (IBGE, 1991 e 2010).

Já na década de 1980 o contexto estava esboçado. O quadro de empobrecimento e de exclusão das famílias agricultoras devido ao acirramento do modelo de desenvolvimento do agronegócio na região, além da sistemática degradação ambiental e da erosão da diversidade produtiva e genética (vegetal e animal), ocasionadas pelas práticas da monocultura químico-mecanizada e dos novos padrões de integração agroindustrial para criação de animais, mostrava a premência por novos rumos: o da chamada agricultura ou das técnicas alternativas. As ações socioambientais do CAPA e do CETAP, inscrevem-se nesse contexto de conflitualidades (GABOARDI; CANDIOTTO, 2019).

Em 1987, mediado pelo sindicato dos trabalhadores rurais – que já protagonizava ações de resistência ao modelo da Revolução Verde – inaugura-se os trabalhos do CETAP na microrregião, através de intervenções junto a um grupo de agricultores descendentes de italianos residentes da localidade “Vaca Morta”<sup>9</sup>, interior do município de Três Arroios. Famílias que haviam aderido apenas parcialmente os padrões da agricultura moderna e que, portanto, ainda preservavam práticas atreladas à uma cultura agrícola (agri+cultura) mais diversificada e centrada na reprodução da própria condição camponesa. Trata-se do embrião da agroecologia na região, placenta da Ecoterra.

A entidade, munida de metodologias participativas e coletivas de interação, em sintonia com os princípios dos movimentos sociais que a originaram, deslocava membros da equipe técnica de Passo Fundo para o trabalho com as “técnicas alternativas” na supracitada localidade.

As famílias vinham de um trabalho com produção diversificada de alimentos e de grãos, visando o autossustento e o consumo animal (porcos e gado de leite). A defesa das sementes crioulas – multiplicação e cruzamentos de variedades de milho, incluindo as sementes de adubação verde – foi o eixo principal que aglutinou e fortaleceu esse grupo de famílias na manutenção de uma característica fundante da autonomia camponesa: produzir, colher, guardar e melhorar as próprias sementes (VIVIAN *et al.*, 2014). O

---

<sup>9</sup> Conforme Vivian *et al.* (2014), provavelmente o nome “Vaca Morta” deriva de um “abrasileiramento”, tendo por base o sobrenome alemão de uma família de colonos pioneiros instalada na localidade, chamada “Vachmort”.



trabalho com as sementes crioulas objetivava construir autonomias na produção do trato animal, recuperar solos degradados e gerar renda com a comercialização de sementes de adubação verde para outras famílias do entorno.

Desde o início da ação com as sementes crioulas, com o passar de alguns anos, uma parte do grupo manteve-se focada nos manejos das “técnicas alternativas” e na produção de grãos para criação de suínos e leite, enquanto, outra parte das famílias buscou alternativas para comercialização de uma gama mais diversificada de alimentos. Nesse sentido, o grupo da Vaca Morta aos poucos avançou em seu processo de organização política para outros espaços de atuação. A comercialização direta foi um dos caminhos construídos pelos agricultores: um caminhar lento, em razão do exíguo quadro técnico disponível, da ausência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar (mesmo a convencional), do caráter incipiente do mercado para alimentos denominados até então “ecológicos” e da falta de experiência com a comercialização agroecológica por parte dos produtores e das organizações de assessoria.

Ao longo da década de 1990, a experiência desenvolvida pioneiramente na “Vaca Morta”, serviu de base para a expansão do trabalho do CETAP na região. A entidade promoveu diversos intercâmbios (**Foto 1**), avançou articulando agricultores de outras localidades do interior do município e, progressivamente, foi também envolvendo produtores de outros municípios da microrregião de Erechim (Aratiba, Barra do Rio Azul e Itatiba do Sul), pois “*cuando el campesino ve, hace fe*”, já ressaltara um importante lema da metodologia latino-americana “*campesino a campesino*”.

No final dos anos 1990, existiam cinco grupos de agricultores agroecológicos na microrregião de Erechim e as experiências de comercialização direta estavam em curso. Em 1998 o grupo da “Vaca Morta” iniciou uma feira “ecológica” em uma praça pública de Passo Fundo (com periodicidade mensal até sua realização ser semanalmente) e, concomitantemente, houve uma tentativa, sem sucesso, de instalar outra feira livre na cidade de Três Arroios. Outro grupo de Três Arroios, uma associação informal denominada AAVLA (Associação Agroecológica Vale Lajeado Antas), obteve relativo sucesso, entre

1998 e 2003, na comercialização coletiva, com a promoção de feiras livres em dois bairros da cidade de Erechim combinado com vendas a domicílio. Na cidade de Aratiba, conduzida pelo grupo do “Liso”, a comercialização coletiva não se firmou, entre outras circunstâncias, em função de que uma quantidade relativamente expressiva de agricultores comercializava seus alimentos individualmente a domicílio. Na cidade de Itatiba do Sul, já nos anos 2000, duas famílias de produtores agroecológicos iniciaram um trabalho de comercialização no formato de feira livre, a princípio junto com agricultores familiares convencionais, mas atualmente permanecem somente elas na condução da feira.

**Foto 1** – Atividade de intercâmbio na unidade de produção de uma família integrante do grupo “Vaca Morta”, Três Arroios/RS (2001).<sup>10</sup>



Fonte: Fotografia de Edson Klein, 2001.

Era grande o desafio da comercialização agroecológica no início dos anos 2000, assim como o é ainda hoje. Especialmente nos pequenos e médios municípios do interior.

<sup>10</sup> A atividade de intercâmbio, conforme designado pelo CETAP, contou com a participação de integrantes do grupo “Vaca Morta”, de técnicos do CETAP, de estagiários e de estudantes da Microrregião de Erechim/RS.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2000, nos municípios da microrregião de Erechim com realização de feiras por parte de famílias assessoradas pelo CETAP, as populações urbanas de Erechim, Aratiba, Itatiba do Sul e Três Arroios eram de, respectivamente, 82.026, 2.557, 1.793 e 794 habitantes. Excetuando Erechim, na época, somada as populações dos demais municípios, mais de 50% dos domiciliados residiam em áreas rurais. Em Três Arroios, os habitantes rurais somavam 77% da população em 2000. No mesmo ano, a título de informação, a população urbana de Passo Fundo era de 163.764 habitantes (IBGE, 2000).

Nos anos 2000, o CETAP instala um núcleo exclusivo na microrregião de Erechim. Com equipe mista (técnicos e agricultores animadores), o trabalho e as metodologias de atuação do CETAP avançam com maior força na região e passam, paulatinamente, a envolver outros grupos. Em 2001 é constituída formalmente a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra). Mesmo ano em que é formado o Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, iniciando os processos formais de certificação orgânica.

Após a criação da Ecoterra, os grupos assessorados pelo CETAP se reorganizaram coletivamente para realização dos processos de comercialização. Na cidade de Erechim, a partir do ano de 2001 a associação atua na promoção de uma feira livre agroecológica e, posteriormente, inaugura um espaço de comercialização mais permanente, o “mercadinho” da Ecoterra (vide **Mapa 5** na próxima seção). Em 2003, a comercialização antes realizada pelas famílias do grupo “Vaca Morta”, em Passo Fundo, passa a ser efetivada pela associação, a qual incumbe-se de estabelecer uma logística envolvendo a produção de aproximadamente 30 famílias. Organicidade que dará respaldo para os próximos passos da Ecoterra, como veremos a partir de agora.



## **5. A Ecoterra, a construção social das escalas e as disputas no território do mercado: Considerações sobre a experiência de organização coletiva e os desafios da venda direta como antecedentes do “Circuito Sul”**

Na década de 1990 e no início do novo século, os avanços nas práticas produtivas e nos processos de articulação política (em que a Rede Ecovida e a Ecoterra se constituíram como exemplos de progresso desse movimento) produziram, igualmente, ações e efeitos na dimensão econômica. A “recusa” ao sistema agrícola convencional exprimiu, dialeticamente, a “criação” do seu contrário, o novo: foram pilares criativos desse movimento, 1) a organização coletiva entre as famílias agricultoras e as entidades de apoio, 2) a busca pela apropriação ampliada das condições de produção através dos conhecimentos e técnicas agroecológicas, 3) a valorização dos processos participativos de avaliação da conformidade dos produtos orgânicos (via Rede Ecovida de Agroecologia) e 4) a reconexão com os mercados através das distintas estratégias de venda direta.

168

A venda direta individual e os formatos coletivos (descentralizados, mas ainda atomizados organizacionalmente) de comercialização nas pequenas e médias cidades, não obstante, apresentaram dificuldades como estratégias de sustentabilidade econômica das famílias produtoras agroecológicas. A criação da Ecoterra é motivada por essa experiência territorial precedente dos sujeitos em relação aos mercados e as dinâmicas de comercialização.

Trata-se de um tema para pesquisas acessórias, mas os seguintes elementos possuem relevância ao considerarmos os desafios colocados à comercialização de alimentos agroecológicos em escala local, nas pequenas cidades interioranas: 1) Em função da construção de determinados hábitos de consumo que, nas últimas décadas, associaram os produtos industrializados ao universo do mundo urbano/moderno e, em seu contrário, os alimentos chamados de ecológicos e locais sugeririam uma volta (“retrocesso”) a va-

lores do rural em vias de superação, especialmente por parte das camadas jovens situadas nas áreas urbanizadas dos pequenos municípios; 2) Considerando outro grupo, o acesso facilitado a verduras, legumes e frutas locais, em razão do contato mais direto com o campo ou da própria produção para o autossustento (inclusive nas cidades), comprime a demanda e o mercado para os alimentos orgânicos; 3) O reduzido conhecimento sobre as características próprias dos alimentos orgânicos, em um contexto cultural que reproduz atitudes de convivência para com a alimentação convencional e os próprios agrotóxicos e; e 4) A exiguidade de renda, mas também, um exacerbado princípio de economicidade no que tange ao domínio da alimentação.

As feiras livres agroecológicas, realizadas no final da década de 1990, foram as primeiras “fissuras” instauradas pelas famílias que hoje integram a Ecoterra para criarem suas condições de existência econômica. Nessa escala, as disputas territoriais de mercado tinham como estratégias: a organização coletiva, a oferta de alimentos orgânicos e a relação direta com os consumidores. Nesse arranjo, as diferenças em relação à produção e ao mercado convencionais consistiam: 1) na negação do individualismo para fortalecer o processo político associativo, 2) na redução dos custos e na elevação da autonomia relativa com a adesão aos manejos e técnicas orgânicas de produção, 3) na oferta de alimentos orgânicos diferenciados, 4) na construção de arranjos de produção-consumo locais e regionais, 5) na visibilidade e na valorização dos agricultores familiares pelo viés da reconexão direta com o mercado e os consumidores, e 6) na apropriação integral da riqueza gerada pelo trabalho através da eliminação dos potenciais atravessadores.

A aposta na organização coletiva, como um trunfo para superar os localismos em que a agroecologia encontrava-se até então circunscrita, foi colocado à prova.

A experiência coletiva de comercialização na cidade de Erechim, por seu turno, forneceu alguns aprendizados importantes aos agricultores da Ecoterra. Se por um lado, havia a avaliação de que os princípios e a organização política eram coerentes e faziam com que a dimensão da produção respondesse satisfatoriamente, por outro lado, o polo da contradição manifestava-se no fato de que a comercialização em feiras livres apresentava

limites, em razão de absorver um nível de produção inconsistente com uma geração de renda capaz de viabilizar a reprodução de todas as famílias envolvidas no processo.

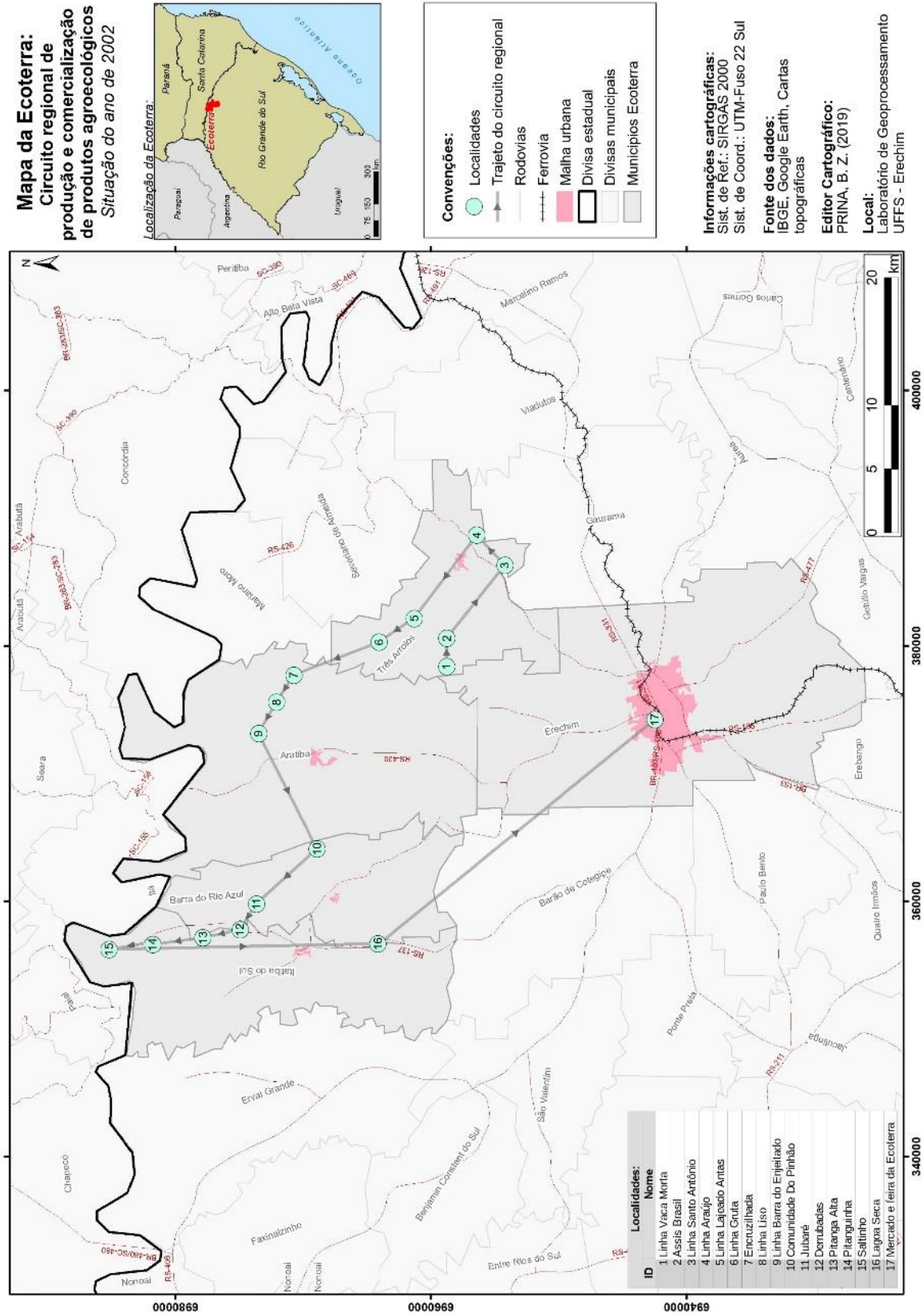
Entre 2001 e 2004, várias estratégias foram empreendidas para viabilizar os espaços das feiras, seja nos pequenos municípios ou nas cidades de maior densidade demográfica da região. Em Erechim, o projeto iniciou em 2001, com 30 famílias e após um ano já eram evidentes as limitações: o número de famílias reduziu para 10 e 70% dos alimentos não eram vendidos.

Posteriormente, em 2002, com a impossibilidade de a feira envolver diretamente todas as famílias na dinâmica de comercialização, organizou-se um “circuito regional”. A Ecoterra estruturou uma *rota*<sup>11</sup> de recolhimento de produtos orgânicos envolvendo as 30 famílias dos 04 municípios assessorados pelo CETAP (Itatiba do Sul, Barra do Rio Azul, Três Arroios e Aratiba – Mapa 05). A rota regional, com percurso entre Três Arroios e Erechim, tinha 180 quilômetros de estrada de chão e levavam-se 16 horas para realização dos recolhimentos com um caminhão. Através da articulação entre a Ecoterra e o CETAP, que viabilizavam o assessoramento técnico, a organicidade e a logística, além de abastecer a feira e o mercado da Ecoterra em Erechim, os alimentos também passaram a ser destinados, em 2003, para a feira de Passo Fundo (município 70 km ao Sul de Erechim – **Mapa 5**), no afã de ampliar o escoamento da produção.

---

<sup>11</sup> Termo coloquial utilizado pelos sujeitos da Ecoterra.

Mapa 5 – Ecoterra: Percurso do circuito agroecológico regional em 2002.



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento UFFS, campus Erechim, 2020.

Com as mudanças, houve um relativo fortalecimento das práticas agroecológicas, mas em uma escala ainda incipiente, haja vista a logística consideravelmente pesada e o número ainda reduzido de famílias integradas à proposta. Em outras regiões de abrangência da Rede Ecovida de Agroecologia, nos estados do Sul do Brasil, haviam avaliações semelhantes em relação aos impasses da comercialização, associado, também, aos desafios da diversificação produtiva.

No caso da Ecoterra, havia um questionamento externo em relação a criação do circuito regional de recolhimento de produtos orgânicos. Isso, pelo fato da associação, mesmo sem visar fins lucrativos, intermediar uma relação que, como princípio atribuído à agroecologia, deveria ser estabelecida de maneira mais direta entre os agricultores e os consumidores. Do desafio referente a construção de canais de comercialização que dessem sustentabilidade a elevação das escalas de produção, houve o entendimento, por parte das organizações, de que existem dinâmicas de comercialização que permitem modalidades de relações diretas produtor-consumidor, de maneira permanente, e há dinâmicas que não possibilitam ou permitem em uma menor intensidade (como era o caso do circuito regional e, atualmente, é o formato do “Circuito Sul”: comercialização mas, não necessariamente, venda direta).

Os contornos dessa geografia do mercado e da comercialização agroecológicas foram sendo esboçados, revistos, redesenhados e aprimorados conforme as necessidades concretas de seus “atores sintagmáticos”, fundamentalmente, em função dos ajustes entre os potenciais de produção e de consumo das distintas regiões e cidades do Rio Grande do Sul e, logo adiante, do Sul do Brasil.

De 2001 a 2009, as contradições foram se avolumando. Essa relação com o mercado era considerada demasiadamente complicada e não havia muita experiência a respeito construída pelas organizações no campo da agroecologia. As seguintes indagações persistiam nas práticas e nas mentes dos atores do CETAP e da Ecoterra: vamos produzir, mas quem comprará nosso alimento? Como faremos para chegar nesse território do mercado? Paralelamente, para muitas organizações da agroecologia, a comercialização e o

mercado eram considerados temas-tabus. A agroecologia, sob esse prisma, deveria enfatizar, fundamentalmente, um conjunto de valores e de princípios concernentes a questão da preservação ambiental e ao autossustento familiar, por exemplo. Ótimo, ninguém discorda disso! Mas os questionamentos persistiam: vivemos em um mundo capitalista e de onde virá o dinheiro para pagar a luz, para o agricultor poder se manter e não se sentir fora do mundo em que ele vive?

Essas questões sempre foram caras nas inserções à campo pelo CETAP, seja nos momentos de discussão junto aos agricultores ou quando se tratava da organização de uma feira livre, por exemplo. Nesse sentido, o CETAP e a Ecoterra foram construindo ações e organizando agricultores com o intuito 1) de realizar a formação no campo da agroecologia, 2) de organizar a produção, 3) de pensar em recuperação de solo, 4) de avançar nos processos agroecológicos no interior das unidades de produção e, também, 5) de auxiliar nos processos de comercialização dos alimentos, além de 6) estimular a diversificação da produção para o autossustento como estratégia de elevação da autonomia, de redução de gastos e da melhoria das condições de saúde das famílias.

## **6. A criação do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia**

Com base no panorama exposto anteriormente, o contexto movimentou a Ecoterra e as organizações parceiras a buscarem novos e maiores mercados para os produtos agroecológicos no ano de 2005. Naquele ano, a título de ilustração, a Ecoterra produzia 300 toneladas de laranja em sistema agroecológico (principal produto orgânico da microrregião de Erechim) e, enquanto, por volta de 10 toneladas eram comercializados como produto orgânico na região, as 290 toneladas restantes eram absorvidas pelo mercado convencional. Os excedentes produtivos e os potenciais de produção foram os com-

bustíveis para a associação vislumbrar constructos territoriais de mercado em escalas geográficas mais ampliadas. Novamente, outro território do mercado e da comercialização a explorar!

Desde o início dos anos 2000, abramos um parêntese para agregar mais elementos a análise, já existia em curso um Grupo de Trabalho (GT de comercialização) por dentro da Rede Ecovida de Agroecologia, com representações por Estados, para subsidiar o necessário debate sobre as dinâmicas e possibilidades de comercialização para os produtos orgânicos. Em 2005, o “Circuito Sul” começa a operar construindo uma discussão sobre comercialização em paralelo ao GT de comercialização da Rede Ecovida. Em 2008/2009 a Rede Ecovida avalia que, dada a forma sistemática com que os sujeitos e organizações do “Circuito” vinham se reunindo, o GT de comercialização passaria a vincular-se ao próprio trabalho do “Circuito Sul” – o qual também abre espaço para a participação de sujeitos, organizações e entidades de assessoria vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia mas que não estavam inseridos na dinâmica de comercialização do “Circuito” em si. Com isso, uma mudança também se processou no GT priorizando a discussão mais prática da comercialização ao invés da primazia nas questões políticas da agroecologia, como dantes: concomitantemente, um reconhecimento da competência demonstrada pelo grupo do “Circuito” nos assuntos relacionados a comercialização, mas também um contexto caracterizado pelo dissenso por parte de sujeitos que não se sentiram contemplados com o novo arranjo do GT.

Voltando ao raciocínio anterior, em escala local/regional eram flagrantes a escassez do mercado de orgânicos e a desvalorização dos produtos orgânicos nos mercados convencionais. Por outro lado, a comercialização em escalas mais ampliadas era tomada como excessivamente complexa. Como a produção local e diversificada poderia circular em outros territórios e, ao mesmo tempo, estar garantida a autonomia dos agricultores nos processos de produção/comercialização?

A partir de então, a Ecoterra passou a estudar os novos mercados e suas dinâmicas de comercialização, identificando as demandas por alimentos orgânicos e as organizações que estavam trabalhando com agroecologia em cidades maiores. Curitiba, no estado do Paraná, apresentou-se como a primeira frente a ser explorada pela ampliação e encontro das “fissuras” agroecológicas.

Na capital paranaense, já existia um contato, sem articulações com a Rede Ecovida de Agroecologia, que demandava alguns produtos da Ecoterra. No começo, eram remetidos via transportadora 40 quilos de laranja orgânica semanalmente. Já de início, a logística se apresentou como grande desafio – por exemplo, as laranjas eram enviadas em caixas plásticas, mas o frete cobrado pela transportadora para o retorno das caixas praticamente se igualava aos ganhos com as laranjas comercializadas

Nesse contexto, no ano de 2005, famílias associadas à Ecoterra foram conhecer *in loco* algumas feiras em Curitiba. Nesses espaços, a laranja orgânica da microrregião de Erechim estava sendo vendida numa faixa de preço entre R\$ 3,50 e R\$ 4,00/kg, sendo que o preço recebido pelos agricultores com a dinâmica de comercialização via a Ecoterra era de R\$ 0,40/kg: preço, na época, bem acima do operado pelo mercado convencional (R\$ 0,12/kg), mas ainda uma fração em relação ao preço de realização nos espaços de comercialização.

A partir de uma visualização otimizada desse mercado, através da Ecoterra inauguraram-se diálogos com algumas associações vinculadas à Rede Ecovida de Agroecologia que exerciam a função de coordenação das feiras livres em Curitiba. As tratativas visavam a efetivação de uma rota para Curitiba, tendo por base a experiência das rotas regionais para Erechim e Passo Fundo. E assim evoluiu.

O trajeto da primeira rota, estabelecida pela Ecoterra, tinha como ponto de partida o município de Três Arroios e, como destino, Curitiba. Local aonde a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) realizava o trabalho de distribuição dos alimentos orgânicos nas feiras livres e em pequenos estabelecimentos.



*Citrus* (diversas variedades), batata doce e abacate deram o impulso inicial na estruturação do “Circuito Sul”. Houve tentativa de incluir o repolho, sem sucesso em função de que há um arranjo espacial da produção orgânica em que as regiões de comercialização também possuem seus cinturões produtivos. As características produtivas próprias dos entornos agrícolas das regiões e os custos de transporte, associado a logística pouco apropriada para o traslado de alimentos como verduras e determinados legumes foram, aos poucos, orientando os atores do CETAP e da Ecoterra a respeito de quais seriam os produtos mais estratégicos para a construção dessa dinâmica de mercado. Nessa geografia do mercado, alguns alimentos deveriam permanecer sendo abastecidos localmente. Já, outros, poderiam ser deslocados de lugares mais distantes.

Ao longo do ano de 2005 circulavam, da estação de Três Arroios, cerca de 300 a 400 quilos de produtos semanalmente. Prosseguiram, também, as buscas pela ampliação e pela diversificação das ofertas de alimentos orgânicos, objetivando elevar o resultado econômico da associação e tornar os locais de comercialização, progressivamente, mais abastecidos e atraentes ao público urbano. Prosseguiram, igualmente, os esforços por uma melhor articulação com outras organizações que atuavam com agroecologia ao longo do trajeto. Uma ação já coletiva no encalço de ampliar seu caráter coletivo!

No início de 2006, as organizações Ecoterra (Três Arroios/RS), AOPA (Curitiba/PR), Cooperativa Ecoserra (Lages/SC) e a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta (Divisa entre os estados do Paraná e de São Paulo) se aglutinaram em torno do adensamento da proposta de estruturação do “Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia”. Nesses municípios, essas organizações constituíram-se como “nós” centrais, chamados de “estações-núcleos” e foram articulando, em municípios e em regiões próximas, pontos de conexão intermediários e vinculados ao seu próprio planejamento.

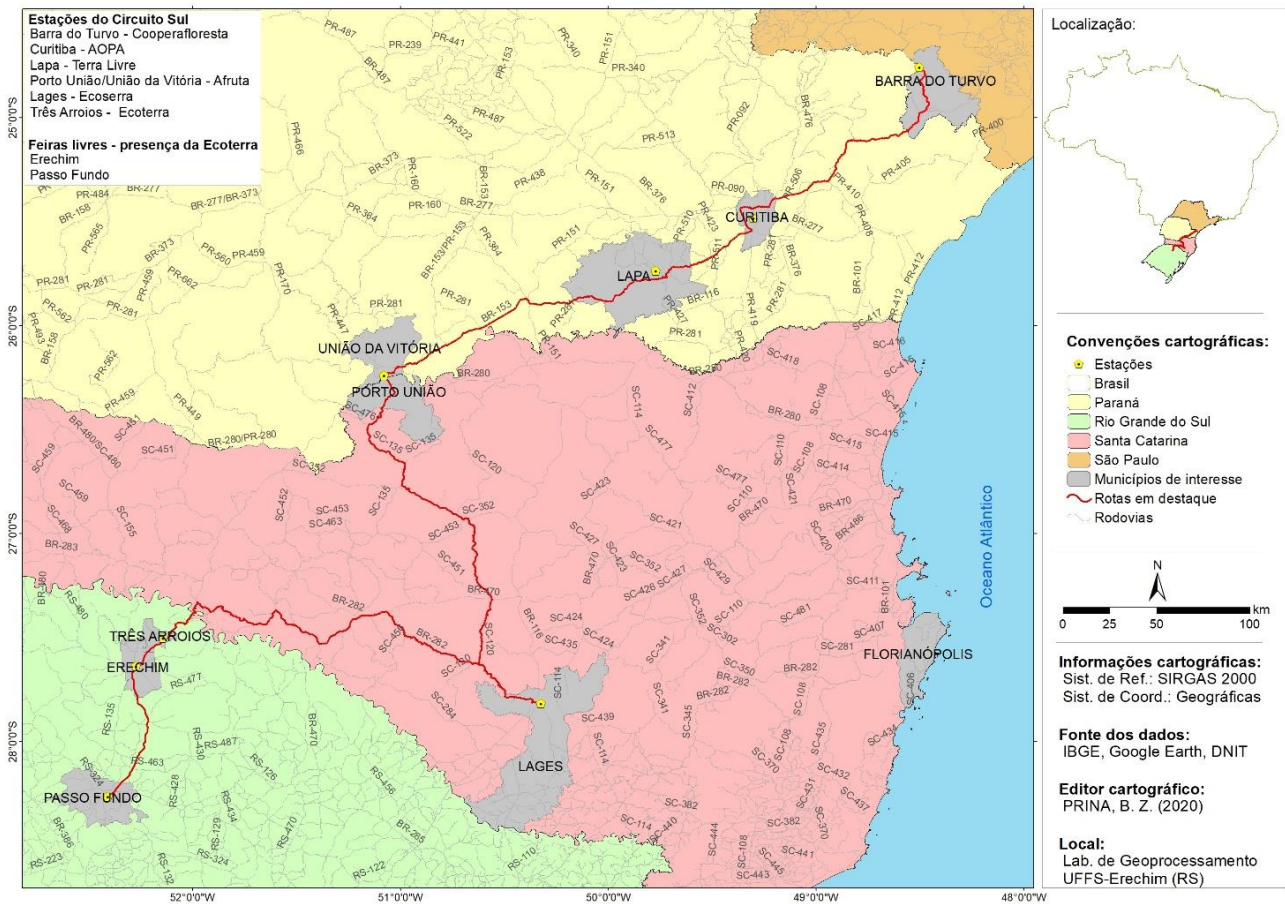
Todas as organizações compartilhavam do mesmo problema. A Cooperafloresta com excedente de produção de banana, sem possibilidade de escoar. A Ecoserra, da

mesma forma, com cebola, maçã e moranga cabotiá. A Ecoterra com produção de *citrus*, batata doce, abacate, com possibilidade de aumentar o número de famílias envolvidas, mas com dificuldades de comercialização. Já a AOPA com possibilidade de adquirir quantidades consideráveis de produtos e de distribuir nos espaços de comercialização de Curitiba, mas necessitava potencializar suas estratégias com a expansão do fornecimento. Esse era o núcleo do desafio e do processo: as rotas viabilizariam a conexão entre regiões produtoras e regiões consumidoras, repercutindo-se na redução dos desperdícios de produção, na agregação de renda à produção agroecológica e na ampliação do número de famílias inseridas nas dinâmicas agroecológicas. Novamente, uma estratégia coletiva para resolução de impasses individuais.

Nos primeiros seis meses de comercialização, antes de iniciarem efetivamente as rotas pelo desenho do “Circuito”, a maior quantidade de alimentos postos em circulação pela Ecoterra foi de 300 quilos semanalmente. No início, em 2005, eram remetidos 40kg, posteriormente 80kg: uma, duas caixas de laranja de umbigo e valência enviados via transportadora. Já num segundo momento, em 2006, quando estruturou-se a rota do “Circuito Sul”, as quantidades semanais escoadas pela estação-núcleo da Ecoterra aumentaram para 500, 600 quilos, chegando a 1.200 quilos semanalmente ao final de 2006.

A primeira rota, em 2006, tinha como trajeto Três arroios/RS (Ecoterra), Lages/SC (Ecoserra), Porto União/SC-União da Vitória/PR (Afruta), Lapa/PR (Cooperativa Terra Livre), descarregando e carregando produtos orgânicos para chegar nas feiras de Curitiba. Mais ao Norte, intentando otimizar o uso do transporte, era realizado carregamento de banana em Barra do Turvo/SP para comercialização nas feiras de Erechim/RS e de Passo Fundo/RS (**Mapa 6**).

**Mapa 6 – Rota Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia, 2006.**



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento UFFS, *Campus Erechim*, 2020.

A Ecoterra chegou a vender 30 caixas de banana em apenas um dia na feira de Passo Fundo: um produto excedente, sem destinação comercial pela Cooperafloresta, passou a ser escoado quando posto em circulação. Atualmente, a Cooperafloresta, assim como a Ecoterra, não dispõe de produção suficiente para os espaços de mercado que abriram: isso nos leva a pensar que a circulação não é uma necessidade apenas do capital e que o mercado pode comportar outras relações de poder. Em 2020, a título de informação, a estação-núcleo da Ecoterra tem escoado, semanalmente, cerca de 35 toneladas de alimentos orgânicos. Envolve, no corrente ano, mais de 100 famílias no processo produ-

tivo e o planejamento produtivo da associação contém mais de 80 variedades de alimentos. Mas, como ressaltado, essa construção foi morosa, repleta de complexidades, entretanto, firmemente edificada.

O “Circuito Sul”, como retomaremos em outro artigo, é dividido por estações articuladas em rede. Os caminhões das diferentes rotas circulam semanalmente. As circulações intencionam as destinações regulares de alimentos nos distintos canais de comercialização (feiras livres, empreendimentos particulares, mercados institucionais), mas também, a movimentação dos produtos entre as estações-núcleos com a finalidade de ampliar o leque de diversidade ofertada nos três estados do Sul e na cidade de São Paulo. Há, também, práticas de trocas entre as estações-núcleos, considerando os ciclos de produção dos alimentos ao longo das diferentes estações do ano. Troca-se a cebola da Serra Gaúcha pela batata-doce da Ecoterra, por exemplo. O planejamento produtivo/logístico do “Circuito” está alinhado com a necessidade de os caminhões nunca circularem vazios entre uma estação e outra.

Importa destacar, nessa altura, que cada estação tem uma organização própria. São respeitadas as individualidades, mas existe uma dinâmica coletiva. O prazo máximo para todas as organizações se encontrarem para discussão sobre a otimização das estratégias de funcionamento do “Circuito Sul” é de 45 dias, com rotatividade nos locais de reunião (Três Arroios, Curitiba, Florianópolis, São Paulo etc.). Nesse sentido, os “atores sintagmáticos” do “Circuito Sul” (representantes das estações, associações e cooperativas) formam uma territorialidade em rede, tendo por premissa a circulação e a comunicação constantes. Além disso, há os encontros presenciais (**Foto 2**), os quais preservam a dimensão da relação personificada, como realizada entre os feirantes: não somente os produtos circulam e se encontram! As reuniões *vis-à-vis* são momentos utilizados para as tomadas de decisões, para a formação de preços/efetuação de pagamentos, para os debates sobre as ações de planejamento, para os ajustes na dimensão logística e para a organicidade entre ofertas e demandas.

**Foto 2** – Reunião ordinária do “Circuito Sul” na localidade Vaca Morta, Três Arroios/RS (2015)<sup>12</sup>.



Fonte: Fotografia de Edson Klein, 2015.

A emergência do “Circuito Sul” representa mais um passo na construção de um comportamento espacial dos atores da agroecologia, onde a Rede Ecovida de Agroecologia se apresenta como a experiência core mais relevante nesse processo de busca de construção de autonomia coletiva. O entendimento mútuo de que a cooperação e a expansão da autonomia são fundamentais para o avanço da prática agroecológica está pautado, sobretudo, em princípios que foram formulados e estão na essência organizativa da experiência da Rede Ecovida de Agroecologia.

Por associar, concomitantemente, produção, certificação e comercialização em uma dinâmica de planejamento articulado e promotora de autonomia coletiva, o “Circuito Sul”, arranjo do qual a Ecoterra projeta-se como um ponto luminoso, para além de uma experiência de inserção no mercado, é um exemplo da capacidade de inovação e da potência do projeto ecológico e camponês de desenvolvimento territorial.

<sup>12</sup> Estiveram presentes na referida reunião representantes das estações de Curitiba/PR, Vacaria/RS, São José do Cerito/SC, Florianópolis/SC e São Paulo/SP. Pauta: 1. Apresentação do Instituto Chão para o estabelecimento de parcerias nas dinâmicas de comercialização; 2. Ofertas e demandas das estações; 3. Acertos de conta dos alimentos comercializados.

## Considerações Finais

Dentre os novos elementos da questão agrária no Brasil o tema do alimento tem ganhado centralidade. Não se trata apenas do fato de produzir: uma pseudo segurança alimentar que poderia ser assegurada pelo agronegócio. Trata-se de determinadas qualidades do alimento: local, acessível, orgânico, ecologicamente equilibrado, produzido com justiça social etc. Nessas “fissuras” presentes na agricultura globalizada, as agriculturas locais, camponesas, familiares, tradicionais e originárias têm procurado se instalar. No caso da Ecoterra, entre a produção e a oferta dos alimentos são adicionadas camadas de autonomia e de cooperação com os processos ecológicos.

Com base no exposto, tendo em vista, reiteramos, em se tratar de uma pesquisa em andamento, três conjuntos de questões merecem destaque a título de considerações e de provocações finais.

- *A construção social das escalas para viabilizar projetos de comercialização agroecológica.*

A Geografia das ações empreendidas pela Ecoterra/CETAP visando dar vazão a estratégias de comercialização que, progressivamente, incluíssem e viabilizassem economicamente um contingente mais expressivo de famílias agricultoras, resultaram na (re)estruturação de três arranjos escalares: local, regional e escala da região Sul do Brasil – das vendas diretas realizadas nas pequenas cidades (Aratiba, Itatiba do Sul e Três Arroios), passando pelas estratégias das feiras livres regionais (Erechim e Passo Fundo) até a estruturação de um circuito de comercialização abrangendo a escala da região Sul do Brasil.

Diante disso, na construção social das escalas geográficas para a comercialização dos produtos agroecológicos, cada arranjo escalar sinaliza qualidades distintas para o conjunto das ações e suas formas de organização, promovendo, por seu turno, avanços, limites e desafios igualmente particulares.



Enquanto a feira livre reconecta quem produz e quem consome ao facilitar a interação *vis-à-vis*, ao mesmo tempo em que eleva a qualidade nutricional e a eficiência energética dos alimentos com a promoção de circuitos curtos (os alimentos “km zero”, conforme alusão do *Slow Food*), o reduzido mercado consumidor para produtos orgânicos nos pequenos municípios atua como um limitador ao comprimir o efetivo de famílias envolvidas.

O circuito regional expressou uma ousadia, por parte das organizações supramunicipais, no sentido de implementar inovações organizativas (para além do formato de venda direta) diante dos desafios circunscritos à prática da comercialização na agroecologia. Erechim e Passo Fundo são municípios com relativa importância em termos de mercado consumidor, mas ainda assim apresentam reflexos semelhantes aos dos pequenos municípios em termos de uma dinamicidade ainda aquém ao esperado para que, com ações restritas apenas a essa escala regional, vigorasse uma proposta coletiva e, necessariamente, de maior envergadura produtiva.

A construção social dessa política de escala fundamentada na rota regional oportunizou aprendizagens substanciais à Ecoterra e ao CETAP, para que pudessem operar e avançar em territórios antes monopolizados pelas empresas e seus formatos convencionais de mercado. O Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia é o atual estágio de desenvolvimento dessa política de escala para atuar no território do mercado. Cabe destacar que essas distintas escalas de ação não se excluem mutuamente para os associados da Ecoterra. Há agricultores que especializam suas estratégias produtivas para atender as demandas do “Circuito Sul” e outros, a depender das preferências e das condições concretas de produção e de mobilidade, que mesclam suas inserções em dinâmicas de mercado mais estendidas com as vendas diretas realizadas em circuitos curtos local e regionalmente (feiras livres, entregas à domicílio etc.). As práticas vão conformando as escalas da ação e os desenhos das geografias das inserções e disputas nos territórios dos mercados.

Mesmo não sendo nosso objetivo para o momento, é mister ampliarmos o debate sobre as questões de essência envolvendo o que designamos por comercialização direta, não confundindo com a chamada venda direta: o fato das dinâmicas de comercialização serem gestadas e realizadas pela organização dos próprios produtores, sem os habituais atravessamentos do mercado convencional, confere, em determinado sentido uma relação direta entre quem produz e quem adquire os alimentos, mesmo sopesando a circunstância de que em circuito mais estendido de comercialização há uma pseudodespersonificação do produtor, diferentemente do que se processa nas relações de venda direta em uma feira livre. Contudo, mesmo em uma relação considerada direta de venda, como no exemplo das feiras livres, é comum o fato de apenas uma ou duas pessoas da família assumirem a função de comercialização, do mesmo modo, invisibilizando parcialmente outros indivíduos. Em todo caso, atentar para a essência e não somente para a superfície dos fenômenos é uma máxima a ressaltar, quanto o que está sendo retratado são práticas de comercialização conectadas a um pressuposto de maior autonomia e autogestão nos processos (produção – circulação – comercialização).

- *Geografia agroecológica: lugares que produzem e lugares que consomem*

A evolução dos desenhos das estratégias de comercialização empreendidas pela Ecoterra e pelo CETAP, com o intento de incluir um maior contingente de famílias e expandir em volume e diversidade a produção, demonstra a construção de uma geografia do mercado agroecológico que faz contrastar os locais que produzem dos locais que consomem os alimentos orgânicos. Um fluxo do interior sulista em direção às metrópoles Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e São Paulo.

Esta geografia do mercado de orgânicos no Brasil, levada a cabo pela experiência do “Circuito Sul” em questão, reproduz regionalmente uma dinâmica de concentração dos mercados semelhante ao que se procede em escala global. De acordo com a publicação “*The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends*” (2018), organizada



pelo FiBL (Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica) e a IFOAM (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica), em 2017 aproximadamente 90% do mercado global, representado pela distribuição do valor das vendas no varejo por região, estava concentrado na América do Norte (47%) e na Europa (41%), enquanto o número de produtores orgânicos dessas duas regiões representavam 15% do total mundial (Europa, 14%; América do Norte, 1%). Por outro lado, em 2017, Ásia (40%), África (28%) e América Latina (16%) concentravam 85% do número mundial de produtores orgânicos e, aproximadamente, 11% das vendas no varejo.

Há muito que explorar a respeito desse tema, mas essa configuração espacial da relação produção-consumo de orgânicos nos remete a pensar a respeito dos gastos energéticos inerentes à circulação dos alimentos e, concomitantemente, as implicações oriundas do que Milton Santos reforçava em seus escritos sobre os usos do território no Brasil: a geografia desigual entre os lugares que mandam e os lugares que obedecem. Em que medida a concentração do mercado em grandes cidades, distantes dos locais de produção, levará a agroecologia a elevar sua pegada ecológica? Como as práticas produtivas e organizativas agroecológicas se comportarão diante das disputas e das relações de poder presentes no território do mercado? São indagações que nos debruçaremos a refletir em outras oportunidades – aproveitando o ensejo para convidar as diversas mentes e mãos a contribuir.

- *Princípios da ação direta e da construção de autonomias coletivas*

O percurso da Ecoterra na edificação de seu constructo territorial de mercado esteve calcado na sustentação de um projeto que, ao longo dos anos, procurou mesclar o princípio da ação direta e coletiva com a valorização de um elevado grau de autonomia e autogestão dos processos. A associação já completou mais de duas décadas de existência e sua experiência partilhada no “Circuito Sul”, 15 anos.

O contexto de gestação da Ecoterra e as afinidades da organização com um conjunto de valores e de princípios particulares enramados na agroecologia, chamado tam-

bém de agricultura ecológica pelo CETAP, sorveu das influências do movimento democrático e da luta coletiva de outrora, como ponderado. A sintonia de projeto entre as organizações e sujeitos partícipes do “Circuito Sul” é a liga da “solidariedade orgânica e organizacional”, como diria Santos e Silveira (2001), dessa dinâmica territorial de comercialização.

Em outro material, detalharemos como a Ecoterra criou um *modus operandi* com capacidade de sincronizar 1) o planejamento e a ação coletiva, 2) e o fomento à expansão da produção agroecológica diversificada, 3) com a preservação de importante nível de autonomia e autogestão em suas inserções de mercado. Poderíamos dizer que os membros da associação estão vivenciando uma outra fase da agroecologia, caracterizada pelo crescimento econômico e pela expansão dos mercados (a agroecologia da política de escalas, da disputa no território do mercado, com e para além das feiras). Paralelamente, há um desafio intergeracional em curso. Diversos descendentes de lideranças e de pioneiros da associação estão engajados no projeto do “Circuito Sul”. Jovens, por seu turno, que partilham da ação coletiva com vistas privilegiadas para o desenvolvimento das mais apropriadas estratégias logísticas e de mercado. Outrora, as mobilizações que embasavam as iniciativas coletivas, associativas, de defesa da “agricultura ecológica/alternativa”, continham um componente político de base e eram amparados por momentos de formação política, dos quais a atual geração não logrou a mesma oportunidade. Com essas questões em mente, será que esse circular cada vez mais intenso pelo território do mercado continuará permitindo conciliar 1) a busca pela sustentabilidade econômica 2) com o agir coletivo e 3) o caro preceito de preservação da autonomia relativa das famílias, conforme preconizados? Por fim, quais são as estratégias para garantir a afirmação, a expansão e a contínua inclusão da agricultura familiar em um território onde as transnacionais já estão, no mundo e no Brasil, projetando suas relações de poder ao explorar e superfaturar com as “amenidades” do segmento do mercado de orgânicos (Amazon,

Danone, Unilever etc.)? Será que a expansão do consumo de alimentos orgânicos viabilizada pela Rede Ecovida de Agroecologia propiciará uma redescoberta do campesinato ou se limitará ao atino pelo produto orgânico?

## Agradecimentos

Nosso agradecimento especial aos sujeitos da Ecoterra e do CETAP. Agradecemos também aos servidores Bruno Prina e Everton Kozenieski, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim, pela colaboração com os mapas utilizados no artigo.

## Referências

- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: Trajetória, contradições e perspectivas In: BRANDENBURG, Alfio (org.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica**. Curitiba: Ed. UFPR, n° 6, pp. 11-28, 2002.
- CETAP, Centro de Tecnologias Alternativas Populares. **Alimentos Agroecológicos: Aproximando pessoas e mudando atitudes**. Disponível em: <[https://www.cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/Revista-CETAP-IAF-2020\\_portugues.pdf](https://www.cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/Revista-CETAP-IAF-2020_portugues.pdf)>. Acesso em 15/09/2020.
- DELGADO, Guilherme C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

- DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 33-46.
- EDUARDO, Márcio F. **Transformando Terra em Território**: Construção e dinâmica do Sistema Local Territorial agroecológico em Francisco Beltrão/PR. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT-UNESP): Presidente Prudente/SP, 2014.
- EDUARDO, Márcio F. Campesinato e ecologismo popular: Uma leitura a partir das intervenções das ONGS CAPA e CETAP na microrregião geográfica de Erechim-RS. In.: SPINELLI, Juçara; ROSA, Kátia K. (orgs.). **Geografias da “Fronteira Sul”**: construindo e compartilhando experiências. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 15-46
- EDUARDO, Márcio F.; FINATTO, Roberto. **A Produção Orgânica no Brasil**: Uma análise com base no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (2013-2019). In: Anais do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária (IX SINGA). Recife: UFPE, 2019, p. 3066-3085.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 9, pp. 25-39, 2007.
- FiBL; IFOAM. **The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends 2018**. WILLER, Helga; LERNOUD, Julia (orgs.). Disponível em: <<https://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2018.html>>. Acesso em 24/07/2020.
- GABOARDI, Shaiane C. **Territorialidades da agricultura orgânica e da agroecologia na microrregião de Erechim/RS a partir das ações socioambientais do CAPA e do CETAP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, 2017.
- GABOARDI, Shaiane C.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. Agricultura Orgânica e Agroecologia na Microrregião de Erechim/RS: as ações socioambientais do CAPA e do CETAP. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 12, nº 28, pp. 178-202, 2019.
- GRITTI, Isabel R. **Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul**: a emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- HEILBRONER, Robert. **A Formação da Sociedade Econômica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 14/07/2020.

KOZENIESKI, Éverton de M. **A Produção do Espaço Rural: transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na Microrregião de Erechim**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEFF, Enrique. **A Aposta pela Vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LUZZI, Nilsa. **O Debate Agroecológico no Brasil: Uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, José de S. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.  
POLANYI, Karl. **A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

PIRAN, Nédio. **Agricultura Familiar: Lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim/RS: EdIFAPES, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SACK, Robert. O Significado de Territorialidade. In.: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela. (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 63-90.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos A. **Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: O desenvolvimento econômico da colônia de Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. Costa; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, Marcelo L. de. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

VIVIAN, Flavio *et al.* **Diálogos para o futuro na comunidade da Vaca Morta, Três Arroios (RS)**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

**Márcio Freitas Eduardo** é professor do curso de Graduação em Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim/RS. **E-mail:** marcioeduardo@uffs.edu.br.

**Edson José Klein** é Assessor em Agroecologia e integrante da equipe técnica do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). **E-mail:** edson@cetap.org.br.

**Giovani José Gonçalves** é Assessor em Agroecologia e integrante da equipe técnica do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). **E-mail:** giovani@cetap.org.br.

Artigo enviado em 25/09/2019 e aprovado em 18/11/2020.